



Anais da Assembléia

Nº 113

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Nelvo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Vladimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ornário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 08:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Jensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 75ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 12 DE AGOSTO DE 1992
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (41). Achando-se ausentes dos seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Geraldo Cartário, José Alves, José Arthur Ritti, Luiz Antonio Setti, Ovídio Constantino, Plauto Miró Guimarães e Rossoni (13).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO N° SPB 1354/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 12.08.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 12.08.92

(a) ROSSONI

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1250

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 210/92, que declara de Utilidade Pública a Escola de Cantores S. Pio X, com sede e foro no Município de Curitiba.

Sala das Sessões, 12.08.92

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO N° 1253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para discussão e votação do Projeto de Resolução n° 10/92, constante da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 12.08.92

(a) JOSE TAVARES

REQUERIMENTO N° 1249

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a realização de uma Sessão Extraordinária para discussão e votação do Projeto de Resolução n° 10/92, que trata da criação do Estado do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 12.08.92

(a) ERONDY SILVERIO

REQUERIMENTO N° 1247

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.08.92

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO N° 1241

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento de: Odilario Manhaes, Aury César Scheneider, Carlos Pilatti, Luciana Andréia Machado, Edson Faust e Itacir Luiz Miola.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Doutor Cecílio

do Rego Almeida, para que receba e transmita a todos os familiares das vítimas, voto de profundo pesar em nome da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 12.08.92

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Em lamentável acidente em taxi aéreo, pertencente ao Grupo Paranaense C. R. ALMEIDA, faleceram: Odilario Manhaes, Aury César Scheneider, Carlos Pilatti. Luciana Andréia Machado, Edson Faust e Itacir Luiz Miola.

O desaparecimento dos mesmos veio abrir enorme lacuna no seio de seus familiares, bem como de seus amigos e de toda a sociedade paranaense.

O destino privou seus familiares do convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; suas almas engrandecerão o Senhor que olhará para a condição humana de seus servos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daqueles que souberam conquistar a nossa amizade.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná por intermédio deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou os familiares das vítimas endereçando a eles voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1246

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo voto de congratulações à Senhora Anita Camargo Pilotto, pela decisão de doação do acervo bibliográfico do inesquecível professor Erasmo Pilotto.

Cerca de 12 mil volumes, incluindo títulos referentes à Psicologia, Educação, Pedagogia, Filosofia, Teologia, Ciências Jurídicas e Artes, que compõem a biblioteca do professor Erasmo Pilotto - falecido em maio deste ano - foram doados à Universidade Federal do Paraná pela esposa do professor, Anita Camargo Pilotto.

A coleção será absorvida pela biblioteca central da UFPR e o acervo será agregado às bibliotecas dos setores de Educação, Ciências Humanas, Letras e Artes e Ciências Jurídicas.

Todas as publicações, após catalogação, inclusive as de autoria do professor Erasmo Pilotto, serão colocadas à disposição da comunidade para consulta.

O ato vem consumar o que na verdade sempre norteou os ideais do inesquecível educador Erasmo Pilotto: socializar o saber historicamente acumulado pela socieda-

de.

O presente requerimento quer louvar a iniciativa de dona Anita Camargo Pilotto, companheira inseparável do professor Erasmo, pela inestimável contribuição que constitui à nossa comunidade acadêmica.

Que do presente seja dada ciência à Dona Anita Camargo Pilotto, ao Reitor da UFPR, Professor Carlos Alberto Faraco e à Diretora do Sistema de Biblioteca da UFPR, Professora Wanda Maria Paranhos.

Sala das Sessões, em 12.08.92

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1242

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, vem SOLICITAR o envio de expediente ao Senhor ARY GONÇALVES MATTOS FILHO, Coordenador da Reforma Fiscal do Governo; ao Presidente do Senado; ao Presidente da Câmara dos Deputados e à Bancada Paranaense no Congresso Nacional, solicitando "Tributação para Energia Elétrica Exportada pela Usina de Itaipu".

Sala das Sessões, em 12.08.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Nada menos que 92% da energia elétrica produzida pela Itaipu vai para outros Estados, sem que isso tenha uma contrapartida na arrecadação estadual.

Enquanto isto, os consumidores paranaenses pagam mensalmente o ICMS pela energia elétrica que consumiu, à COPEL.

Como parte prejudicada, haja vista que várias áreas de terras foram inundadas pela hidrelétrica, atingindo território fértil de nosso Estado, embora o Estado e os municípios paranaenses tenham garantido o pagamento da indenização, isto não vem sendo pago. Nem os "royalties" devidos estão sendo pagos, pois desde julho a União não repassa esses recursos dos "royalties".

É necessário que os Estados importadores da Energia Elétrica produzida pela Itaipu paguem ICMS, porque eles estão vendendo essa energia, que vêm buscar aqui, para suas indústrias.

Se não concentrarmos esforços nesse momento de revisão do Sistema Tributário do País, estaremos perdendo a oportunidade ímpar que se apresenta, pois se não conquistarmos este benefício agora, só na revisão constitucional de 1.993 será possível nova investida, na conquista desta arrecadação que é comprovadamente justa.

REQUERIMENTO N° 1244

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante

subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná à TELEPAR, solicitando as providências necessárias para instalação de um telefone público comunitário na "Associação Cristã Lar Dona Nenê", localizado na Avenida do Canal, 362, bairro do Xaxim, nesta Capital.

Entidade de caráter filantrópico, reconhecida como de Utilidade Pública, a "Associação Cristã Lar Dona Nenê" desenvolve extraordinário trabalho com as crianças carentes no bairro do Xaxim, nesta Capital.

Lamentavelmente, em função da carência de recursos, aquela entidade ainda não conseguiu viabilizar a compra de um terminal, o que dificulta o trabalho social. Durante muito tempo, foi utilizado como meio de mais fácil comunicação, um telefone público situado nas imediações da sede da Associação. Entretanto, por atos de vandalismo, a TELEPAR retirou o aparelho, criando uma fase insuperável de obstáculos ao trabalho do "Lar Dona Nenê".

Diante disto e certo de que o Diretor Presidente daquela conceituada companhia, compreenderá o alcance da solicitação, confiamos nas providências a serem tomadas para atendimento ao presente pleito.

Que do presente se dê ciência à Diretoria do "Lar Dona Nenê".

Sala das Sessões, em 12.08.92.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1245

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado do Paraná à Secretaria de Estado da Educação, solicitando a construção de uma cancha poliesportiva na Escola Estadual "República do Uruguai", localizada à Avenida Presidente Affonso Calhargo, 3407, nesta Capital.

Indispensável para a prática de educação física pelos estudantes regularmente matriculados na referida escola, a cancha poliesportiva, apesar de ser objeto de seguidas solicitações, ainda não se tornou realidade.

Com recursos próprios é definitivamente impossível construir a cancha, em que pese o apoio da comunidade local. Com isto, fica comprometido o programa de educação física (e até de lazer) aos referidos estudantes, tão necessário durante a vida escolar e o desenvolvimento físico. Diante disto, confiamos nas providências do Senhor Secretário, Professor Elias Abrahão, a fim de que sejam realizados os estudos necessários e efetivada essa im-

portante conquista para a Escola Estadual "República do Uruguai, desta Capital.

Que do presente se dê ciência a Diretora, ao Presidente da APM e ao Grêmio Estudantil do referido estabelecimento de Ensino.

Sala das Sessões, em 12.08.92.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO N° 1252

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Segurança Pública do Estado de Rondônia, solicitando o máximo empenho na apuração do crime que tomou a vida do companheiro JASMO PEREIRA DE CASTRO, Vereador do Partido dos Trabalhadores e Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto do Oeste, no último sábado à noite, durante comício.

A Secretaria de Segurança Pública de Rondônia deve mostrar que não é conivente com a impunidade que se espalha pelo País e em conjunto com o Poder Judiciário daquele Estado punir os assassinos de Jasmo.

Sala das Sessões, em 12.08.92.

(aa) LYGIA PUPATTO

OVIDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

"Sábado à noite um pistoleiro matou Jasmo Pereira de Castro (PT), Presidente da Câmara de Vereadores de Ouro Preto do Oeste, a 300 km de Porto Velho. O assassinato foi durante um comício do Partido dos Trabalhadores..."

Assim começa a matéria de jornal sobre o fato lamentável ocorrido na noite de sábado. E absolutamente impossível se construir uma sociedade livre e soberana, enquanto fatos como estes continuarem ocorrendo. E sentença de degradação da vida humana, do respeito ao direito de expressão, de ideologia, de ir e vir. E uma afronta à democracia.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 213/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE "KAİROS", com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.92.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos exigidos pela legislação pertinente à matéria, e tem por objetivo principal a promoção do ser humano com a iniciação a profissionalização, assistência espiritual e social.

Por essa razão, submetemos o presente plano de lei à consideração dos Senhores Deputados, esperando para o mesmo seu apoio e aprovação.

PROJETO DE LEI N° 214/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a SOCIEDADE PESTALOZZI DE CATANDUVAS, com sede e foro no Município de Catanduvas, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.08.92

(a) DUILIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Conforme seus estatutos, a Sociedade Pestalozzi de Catanduvas é uma entidade civil com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos e lucrativos, de caráter unicamente beneficente, que tem como objetivos o tratamento, a educação e o ajustamento social de crianças e adolescentes que por seu desenvolvimento mental, aptidões ou caráter excepcionais, necessitam de assistência individual em ambiente médico-pedagógico especialmente orientado, através de Educação Especial por ela mantida.

De acordo com relatório anexo, a sociedade mantém a Escola Especializada e o atendimento em todos os seus fins e objetivos há mais de 10 (dez) anos consecutivos.

Para continuar os seus trabalhos e ter condições de ampliar o atendimento e amparo aos necessitados da educação especial, é justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, pelos nobres Deputados desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Tulio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Eurides Moura.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, 92% da energia produzida pela ITAIPU é exportada sem que o Paraná receba um centavo de ICMS, enquanto que as nossas terras são alagadas, diminuindo conseqüentemente a Receita de ICMS advinda de produtos primários. E é neste sentido, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, é que estamos encaminhando

um Requerimento a apreciação dos Senhores Deputados e Deputadas que passamos a sua leitura. (Lê - Requer envio de expediente solicitando tributação para energia elétrica exportada. Sr. Presidente, o Deputado, que o presente...)

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o soberano Plenário, vem solicitar envio de expediente ao Sr. Ary Gonçalves Mattos Filho, Coordenador da Reforma Fiscal do Governo, ao Presidente do Senado ao Presidente da Câmara dos Deputados e a Bancada Paranaense no Congresso Nacional SOLICITANDO "TRIBUTAÇÃO PARA ENERGIA ELÉTRICA Exportada pela Usina Itaipu".

Sala das Sessões, 06.08.92.

(a) EURIDES MOURA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

Nada menos que 92% da energia elétrica produzida pela Itaipu vai para outros estados, sem que isso tenha uma contrapartida na arrecadação estadual, do ICMS.

Enquanto isto os consumidores paranaenses pagam mensalmente o ICMS pela energia elétrica que consumiu, à Copel.

Como parte prejudicada, haja vista que várias áreas de terras foram inundadas pela Hidrelétrica, atingindo território fértil de nosso estado, embora o estado e os municípios paranaenses tenham garantido o pagamento da indenização, isto não vem sendo pago. Nem os Royalties devidos estão sendo pagos, pois desde julho a União não repassa recursos dos Royalties.

É necessário que os Estados importadores da Energia Elétrica produzida pela Itaipu paguem ICMS porque eles estão vendendo essa energia, que vem buscar aqui para suas indústrias.

Se não concentrarmos esforços nesse momento de revisão do Sistema Tributário do País, estaremos perdendo a oportunidade ímpar que se apresenta, pois se não conquistarmos este benefício agora, só na revisão Constitucional de 1.993 será possível nova investida, na conquista desta arrecadação que é comprovadamente justa.

Como dissemos será muito importante que esta Casa, através dos seus Deputados, inicie um trabalho no sentido de que comecem os nossos representantes no Congresso Nacional, trabalhar junto a esta Comissão responsável na implantação da reforma fiscal que está para vir, porque realmente o Paraná está perdendo muito. Sabemos que na última Constituição houve realmente uma negociação dos representantes do nosso Estado e também dos Deputados e Senadores do Estado de São Paulo, negociando o ICMS em

royalties, mas nos parece que o Paraná levou um prejuízo muito grande nesse sentido, porque os royalties que estão vindo são insuficientes para que houvesse o ressarcimento do prejuízo do ICMS que é volumoso, como dissemos no início. Apenas 8% da energia produzida pela ITAIPU é consumida no Estado do Paraná, resultando assim numa receita do ICMS, embora muito pequena. Então cremos ser hora de iniciarmos um trabalho para que no futuro possamos receber aquilo de direito no que se refere a este volume imenso de fornecimento de energia elétrica produzida no Paraná e que vai para os outros Estados.

Era o que eu tinha a dizer e agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Com a palavra, no pequeno expediente, o Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, serventuários, servidores públicos desta Casa, elementos da imprensa, audiência. Pela grande oportunidade, nós queremos requerer a esta Casa, Sr. Presidente, a transcrição das palavras do Deputado Federal Pedro Tonelli, da Bancada do PT do Paraná, a respeito da reforma fiscal, da grande ameaça que paira sobre a cabeça dos municípios brasileiros, qual uma verdadeira "espada de Dâmocles". Diz aquele Deputado, o seguinte:

"A reforma fiscal pretendida pelo governo federal visa ampliar os recursos da União em detrimento dos Estados e Municípios. Se esta proposta for aprovada pelo Congresso, vai representar um golpe de morte no federalismo. Os Estados e municípios vão perder a relativa autonomia conquistada pela carta de 88, sendo submetidos a uma dependência perversa e inaceitável. Esta reforma encobre um enorme retrocesso em relação às conquistas obtidas pelos municípios com a Constituição de 88 principalmente no que se refere a uma divisão mais justa do bolo tributário e essa divisão do bolo tributário apresentou a seguinte evolução no pós-Constituinte: se a União em 1.988 detinha 63% de participação no bolo tributário, agora em 1.991, caiu para 54%, fazendo mais justiça aos estados membros e municípios.

Os estados membros em 1.988 tinham uma participação de 26% e subiram em 91 para 29%. Os municípios brasileiros em 1.988 que tinham apenas 11% da fatia do bolo tributário e agora têm 17%.

A fonte é da ABRASF - Associação Brasileira dos Secretários e Dirigentes das Finanças dos Municípios das Capitais.

Observa-se que após a Constituição de 1.988, a União perdeu 4% da sua participa-

ção, passando de 63% para 59%. Em 1990 e 1991, em consequência de sua má gestão fiscal e tributária, a União perdeu mais 5%, ficando com 54% do bolo tributário. Em contrapartida, os estados tiveram um pequeno aumento da sua participação, passando de 26%, em 1988, para 29% em 1.991.

Os municípios foram os maiores beneficiários, ampliando sua participação do bolo tributário de 12% para 17%. Este salto só foi possível mediante uma eficiente gestão fiscal e financeira. E agora? Agora o Governo Federal, que não tem o crédito da população brasileira, quer retomar a sua participação ao patamar anterior, ou seja, de 63%. Isso só será possível abocanhando uma fatia do quinhão que hoje cabe aos estados e municípios após longa luta municipalista por este País.

Esta é a grande armadilha embutida na Reforma Fiscal. De quebra, a proposta do Governo elimina três dos quatro impostos que hoje pertencem aos municípios: o INSS (Imposto Sobre Serviços), o ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens e Imóveis) e IVVC...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - (Faz soar os tímpanos).

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Uso o horário da Liderança, Sr. Presidente.

E IVVC (Imposto Sobre a Venda a Varejo de Combustíveis).

Ora, Srs. Deputados, o fim destes impostos representariam uma perda de receita da ordem de US\$ 2,2 bilhões para os municípios brasileiros o que corresponderia a cerca da metade da sua arrecadação própria.

Os municípios já vêm sendo penalizados com a queda das receitas de transferências oriundas do ICMS e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). A incorporação do ISS ao ICMS e IPI, para formar o novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado), retirará dos municípios brasileiros o ISS o ISS, que hoje representa 40% sobre sua receita própria".

O SR. ALBINO CORAZZA (Em aparte) - Deputado Alceu Swarowski, quero registrar com satisfação os parabéns pelo seu pronunciamento sobre a questão da Reforma Fiscal que tramita no Congresso Nacional.

Nós temos certeza de que se esta Reforma Fiscal for aprovada da forma proposta o Brasil entrará numa crise mais séria e praticamente a população brasileira que vive nos municípios se desgostará, porque hoje, já, a crise do desemprego e a falta de soluções que está longe em Brasília está levando o povo brasileiro ao descrédito quanto à classe política e os go-

vernantes.

Por isso registro com satisfação os parabéns pelo seu pronunciamento.

Quero aproveitar para, também, comunicar e trazer ao conhecimento da Casa que as três Assembléias dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná têm uma comissão constituída e que está sendo assumida agora pela Comissão de Finanças desta Casa, onde as três Assembléias estão discutindo para tomar uma posição conjunta do Sul do Brasil, contra esta reforma fiscal que prejudica os Estados e Municípios.

E, pelo convite do Presidente da Comissão de Finanças, nobre Deputado Lourenço Fregonese, haverá na próxima terça-feira, dia 18, aqui no Plenarinho da Assembléia, uma reunião com as comissões de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, para discutir e tomar posição quanto a esta tese da reforma fiscal.

E, aproveito para dizer que o Bloco Municipalista vai mobilizar-se para participar desta reunião, que se realizará nesta Casa, para junto com os Prefeitos do Paraná tomar uma posição e evitar que esta reforma fiscal traga prejuízo às conquistas, à história de lutas do movimento municipalista.

Nós queremos até o contrário, que ao invés de retirar recursos dos municípios, se aumente. Porque desta forma, sim, nós vamos resolver os problemas do Brasil. Muito obrigado e parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Nós é que agradecemos, ilustre Deputado Corazza; Vossa Excelência que já foi Prefeito Municipal conhece na pele as agruras por que passam as municipalidades brasileiras. Numa situação, se fosse juridicamente possível, pré-falimentar, mas de total insolvência.

Evidentemente que com a aprovação desta reforma fiscal como pretendida pelo Governo Federal, será o empurrão definitivo para o nosso País cair no abismo.

Mas, continuando, Senhor Presidente, (1ê) "o Congresso não pode compactuar com este golpe contra os municípios. A centralização concentra poder, fomentando o clientelismo e também o desperdício de recursos".

Todos sabem que o município administra melhor que o Estado. E que o Estado-membro administra melhor que a União. Nada, portanto, mais justo e racional do que se investir nos municípios, de legislação própria de toda a população daquele município, ou melhor, de legislação próxima de toda a população daquele município.

A corrupção, Senhores Deputados, que hoje grassa no Governo Federal não recomenda a concentração de mais recursos nos cofres da União. Descentralizar, portanto,

os recursos e a ação do Governo à nível municipal permite um controle social mais eficaz, além de tornar a execução de obras e serviços públicos muito mais barata.

Esta é a visão que deve orientar a discussão da reforma fiscal. Daí o nosso apelo, Senhores Deputados, vamos endereçar correspondência a todas as Lideranças com assento no Congresso Nacional, para que apresentem pelo menos um Substitutivo Geral, ou então rejeitem, em bloco, a proposta do Governo Federal sobre a reforma fiscal. Senão, teremos o caos definitivo, não só dos municípios brasileiros, como de toda a Nação Brasileira. Vamos transformar, efetivamente, a nossa República numa República unitária, centralista! Não apenas uma República municipalista, mas verdadeiramente numa República de todos os brasileiros, para todos os brasileiros! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Encerrado o horário do Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos à Liderança do PT se deseja fazer uso do seu horário. Concedemos a palavra à Deputada Lygia Pupatto.

A SRA. LYGIA PUPATTO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A gravidade do momento político vivido pelo País, que permeia o centro do poder governamental da Nação, requer das lideranças políticas que não se renderam ao estigma da desmoralização completa do fazer político, uma atitude de maturidade para que consigamos fazer a travessia do pântano enganoso em que as elites conservadoras e retrógradas submetem a Nação.

O período eleitoral, diante desta situação se descortina como um momento efervescente da disputa inescrupulosa, onde a concorrência das idéias é substituída pela violência física; e o poder da argumentação é comprometido pela força econômica.

Entretanto, nada mais grave, neste momento de que as ações terroristas daqueles que não se submetem ao debate democrático. Mas, é justamente isso que estamos verificando neste início de campanha eleitoral. Nosso Partido, o PT, ao longo da sua história tem sido vítima desse tipo de ação de muitos representantes dessa elite conservadora, que não aceitam que os trabalhadores disputem legitimamente a hegemonia da sociedade.

A possibilidade de êxito da coerência do nosso Partido nas eleições desse ano, mais uma vez provoca a ira dos desajustados políticos. No último sábado, um pistoleiro matou o vereador do PT, Jasmo Pereira de Castro, Presidente da Câmara Muni-

pal de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia, durante um comício do nosso Partido naquele Município. Segundo informações, o alvo na verdade, era o candidato a Prefeito de Ouro Preto, o Deputado Estadual Agmar Piau, que lidera as pesquisas de intenções de votos. com mais de 40% das preferências eleitorais. Todavia, o atingido foi o Vereador Pereira de Castro. Nossos principais concorrentes naquele Município, são os ex-Deputados Aroldo Santos, e apoiado pelo Governador Oswaldo Fiana Filho e Irandir de Oliveira, ambos protagonistas, coincidentemente de dois casos policiais naquele Estado. O primeiro, é uma das principais testemunhas do assassinato do Senador Olavo Pires. Santos estava ao lado da vítima, quando o Senador foi metralhado. Já o outro candidato Irandir, foi preso na semana passada no aeroporto de Várzea Grande (Cuiabá), acusado de envolvimento com a distribuição de 650 milhões de cruzeiros em notas falsas.

Todavia, a violência política contra o PT não se resume a este fato. Aqui mesmo no Paraná, no último dia 30/07, o Comitê Eleitoral do nosso Partido em Cianorte, que estava instalado em um quiosque no centro daquela cidade, com a devida autorização da Justiça Eleitoral, foi destruído por funcionários da Prefeitura. Todo o material de campanha foi danificado e os aparelhos de som que estavam guardados no local foram destruídos numa ação promovida numa madrugada típica de quem age às escondidas. Como se isto não bastasse, o delegado negou-se em primeira instância, a registrar a queixa contra o Prefeito Edno Guimarães. O inquérito policial, só foi aberto depois que a Promotoria Pública determinou a investigação do caso.

Não podemos, em hipótese alguma, permitir que o caráter democrático das eleições seja comprometido por esse tipo de ação, daqueles que tentam manter a mesquinha ambição do poder a qualquer preço, sob pena de vermos a nossa parca democracia afundar na promiscuidade política.

É diante desses fatos que a Bancada do PT, está apresentando hoje um requerimento endereçado ao Governo do Estado de Rondônia, e em especial para a Secretaria de Segurança Pública daquele Estado, a fim de que o assassinato do nosso companheiro Jasmão Pereira de Castro, seja apurado com rigor, o mais urgentemente possível, com a exemplar punição dos seus responsáveis. Da mesma forma apelamos desta tribuna para que a Secretaria de Segurança do Paraná e a Polícia Civil, apurem as arbitrariedades cometidas contra o PT em Cianorte. Certamente não vai ser pelo terror que as elites vão impedir as nossas futuras vitórias.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto a Liderança do PST.
(Declina).

Consulto a Liderança do PDT, se fará uso da palavra. Com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Eminentemente Líder do PDT Deputado Paulo Maia.

Eu estou entrando nesta Assembléia com um Pedido de Informações ao Senhor Governador do Estado sobre a auditoria noticiada na imprensa e instaurada na COPEL para apurar a existência de cartel de empresários dentro da COPEL.

Quero saber: Qual a origem das denúncias sobre a existência de um cartel de empresários dentro da COPEL que fizeram com que o Senhor Governador determinasse ao Senhor Olívio Gabardo, Ouvidor Geral, a apuração das suas orelhas para ouvir melhor os fatos estranhos que estariam acontecendo na COPEL. Um verdadeiro sindicato da corrupção, nos termos do Senhor Governador.

Se essa auditoria foi efetivamente instaurada e que membros que acompanham? E em caso de resposta afirmativa ao item anterior, eu estou pedindo ao Senhor Governador que encaminhe a essa Assembléia as cópias autênticas de todas as provas até então coletadas, bem como, parecer final ou parcial dos senhores auditores, já que o prazo de 15 dias que lhe foi assinalado decorreu sem que a imprensa e este Legislativo e a sociedade tomassem conhecimento das conclusões.

Faço isso no cumprimento da minha obrigação parlamentar, estimando que o Senhor Líder do Governo, confirme a seriedade das denúncias do Senhor Governador e permita que o pedido seja apreciado de maneira satisfatória por este Plenário. Caso contrário, terão razão os adversários do Senhor Governador que dizem ter ele, palavras, às vezes, pouco colocadas, mal colocadas ou até levianas com relação aos seus opositores.

O Paraná tem muita esperança de ver apurada essa denúncia seríssima, grave, apropriada do Senhor Governador do Estado ainda mais por se tratar da COPEL, de uma empresa da melhor qualidade e da mais ilustre e ilibada reputação.

O Sr. Orlando Pessuti - Concede-me um aparte?

(Assentimento).

Deputado Rafael Greca, Senhores Deputados. Nós queremos anunciar a Vossa Excelência e a este Plenário que em momento algum tínhamos por intenção rejeitar o requerimento subscrito por Vossa Excelência.

Apenas chamamos a atenção, ou melhor,

buscamos a orientação da Mesa quanto à elaboração do mesmo se estava de acordo com os preceitos constitucionais e regimentais. Na observação feita pelo Presidente Anibal Khury, embora o nosso entendimento lendo o art. 55 da Constituição Estadual, nos parecia que o requerimento não deveria ser endereçado a Sua Excelência o Governador mas talvez ao próprio Ouvidor Geral, Olivir Gabardo, mas, o Presidente nos assegurou que o requerimento de Vossa Excelência encontrava respaldo dentro daquilo que estabelece o Regime da Assembléia Legislativa do Paraná.

Posteriormente, como não conhecíamos o inteiro teor do requerimento de Vossa Excelência, pedimos para discutir o requerimento que é também um preceito regimental: da mesma forma que o Regimento permitia a Vossa Excelência subscrever e encaminhar o requerimento da forma que encaminhou, permitia a nós também, pedir o adiamento da votação através de um pedido de discussão para que no dia de hoje pudéssemos discutir como estamos discutindo, e quero assegurar a Vossa Excelência que todas aquelas afirmações que Vossa Excelência fez com referência aos procedimentos corretos do nosso Governador Roberto Requião que, de pronto, determinou providências à Ouvidoria Geral.

São argumentos que nós concordamos com eles e que o próprio Governador concorda, tanto, que procedeu desta forma. E não vamos nós, ainda desta vez, dar razão a algumas pessoas que, opositores do Governador, muitas vezes tentam imputar a ele afirmações que na prática não ocorrem.

O Governador Roberto Requião, determinou sim à COPEL que tomasse todas as providências necessárias e cabíveis. E quero afirmar a Vossa Excelência que na tarde de hoje, estaremos aprovando, por que não poderia ser outro nosso comportamento porque não foi outro o comportamento do Governador que buscou esclarecer essas denúncias.

E nós também gostaríamos que essas denúncias fossem esclarecidas na Assembléia e o vosso requerimento é sem sombra de dúvidas a oportunidade que temos de esclarecer isso.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu agradeço muito Deputado Pessuti a fidalguia do seu aparte, mas lembro a Bancada do Governo que já passam 15 dias do tempo pré-fixado pelo Senhor Governador para esclarecer o sindicato da corrupção que ele afirmou existir na COPEL. Sua Excelência durante a visita do Cônsul Geral da França, Ibi Saiair, no dia 10 de julho de 1992 deu 15 dias para o senhor ouvidor apurar o sindicato da corrupção na COPEL. Já passam 15 dias, quase do mês de agosto, já estão os capelistas prontos para colocar a imagem

da Senhora do Pilar nos ombros e tais coisas se fizeram em tempo da festa da Queda da Bastilha. Já passa, portanto, quase um mês desde que o Governador denunciou esse sindicato da corrupção. Ou o sindicato não existe ou o Governador terá que ir vestido de penitente na Procissão do Pilar porque falou o que não devia.

Era isso Senhor Presidente.

No mais, o mais veemente protesto pelo preço abusivo do m³ de água na cidade de Curitiba.

Custa o m³ de água, os mil litros de água 15 centavos de dólar e cobra o Governo do PMDB através do grande quadro técnico da SANEPAR, que merece o nosso louvor, cobra exatamente 1,10 dólar o m³ de água. Isso nos faz crer num lucro de mil por cento. E já se vêem nas portas das igrejas de Curitiba, nas associações de moradores as pessoas do povo pedindo esmolas para poder pagar a água à SANEPAR.

É muito grave esse superfaturamento na SANEPAR no preço da água na nossa cidade.

O SR. OSWALDO TREVISAN (Aparte) - Nobre

Deputado Rafael Greca, eu só lembro Vossa Excelência que parece que precisaria também protestar quanto os abusivos preços das passagens dos ônibus de Curitiba. Parece-me que são as tarifas mais caras do País e essas sim precisariam ser protestadas.

O SR. RAFAEL GRECA - O seu candidato foi dizer essa besteira no rádio anteontem no programa do Ricardo Chave e recebeu do povo um puxão de orelhas. A tarifa mais cara do País não é de Curitiba. Nós temos o mais veemente e melhor sistema de transportes do País. Nós temos a possibilidade de até 600 deslocamentos com uma só passagem. Nós temos os ônibus Ligeirinho, que eu adoraria que o Maurício Fruet condenasse na televisão para perder mais votos ainda, além de cair 6 pontos no Ibope.

Nós temos mais do que isso. Nós temos escapado a tentação de pensar que um banquete completo como é o sistema de transporte de Curitiba possa ser reduzido ao preço de um pingado porque na verdade, em São Paulo por 1.900,00 cruzeiros nem a Santa Erundina resolveu. As pessoas atravessam um segmento só do transporte. Não percorrem toda uma rede.

Em Curitiba não. Em Curitiba percorre-se toda uma rede.

Só para concluir Senhor Presidente, quero dizer mais uma coisa.

Até quando a SANEPAR retirará de Curitiba e da Região Metropolitana 60 milhões de dólares por ano de taxa de esgoto sem fazer rede de esgoto na Cidade.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não se pode comparar o sistema de serviço

público do transporte de Curitiba com o serviço público de fornecimento de água da SANEPAR. Nos bairros altos da cidade falta água. E também lá na Vila Umbará onde ontem fomos inaugurar uma Clínica Odontológica perto da Vila São Carlos...

(Retirado o som)

(Passa a falar no Horário da Liderança do PL)

A liberalidade do fidalgo Deputado Colombino Grassano me permite usar o horário do Partido Liberal.

Quero dizer o seguinte: falta água nos bairros altos da cidade, vocês não têm investido, o Maurício Fruet vem discursar com os números do PROSAN - que eu ajudei a verter para o inglês - foi um plano feito no IPPUC, uma das poucas manifestações de clareza de Álvaro Dias. Naquele dia, véspera da eleição governamental, o PROSAN foi assinado pelo Jaime Lerner e pelo Governador dentro do Palácio do Governo.

Não adianta vir discursar que vão limpar todos os rios de Curitiba, se tinham essa intenção, porque não fizeram antes?

Dou ao Deputado Beraldin, do PST, o aparte.

O Sr. Neivo Beraldin - Deputado Rafael, já que Vossa Excelência fala de água, então eu vou aproveitar esse aparte para colocar à Assembléia Legislativa e o Estado do Paraná a importância dos mananciais de Piraquara que abastecem Curitiba e a Grande Região Metropolitana, com quase 70% da água.

O Rio Iraí e o Rio Iguaçu encontram-se em grandes dificuldades, lá existem famílias morando em lugares inadequados, evidentemente onde precisa uma atenção muito especial dos políticos, dos Deputados, do Prefeito de Curitiba, do Governador do Estado, do Prefeito de Curitiba. Parece-me esta a prioridade número um da Região Metropolitana, a questão da água, porque se não cuidarmos agora do Rio Iraí e o Rio Iguaçu, vamos ter que captar a água muito mais longe, a um preço ainda muito maior.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Percebe-se no Deputado Neivo Beraldin diferença daqueles antigos correligionários, que eram adeptos de satanás em Guaratuba, vê-se que o PST não é o Partido de Satã, porque Sua Excelência preocupa-se com a água, em dar de beber a quem tem sede, o que é coisa muito boa, muito boa mesmo e necessária.

Lembro a Sua Excelência que eu mesmo votei pela transferência de recursos do bolo tributário de Curitiba para a Prefeitura de Piraquara, à guisa de "royalties" ecológicos, para assegurar água de beber ao nosso povo.

Recomenda-se ao Senhor Presidente da

SANEPAR menos atenção na captação de recursos para a campanha do Doutor Maurício Fruet e maior atenção na sua obrigação de captar água para o povo de Curitiba.

Era isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu vou me ausentar da Assembléia para participar de uma inauguração inédita: nós vamos entregar na Vila Popular - chamada antigamente de Vila Pinto, que agora os moradores tentam mudar o nome - vou participar da inauguração de uma fábrica de brinquedos feitos com lixo que não é lixo. É um avanço na reciclagem, na mentalidade das pessoas no sentido de que se evite o desperdício; recomenda-se cada vez mais a visão da cidade moderna como uma cidade que evita o desperdício.

Era isso.

Muito boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Liderança do PFL.
(Declina).

Com a palavra a Liderança do PRN.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, só para parabenizar o Deputado Alceu Swarowski. Ouvi atentamente o pronunciamento...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o nobre Deputado Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - ...eu vou aguardar a campanha política aqui.

Quero parabenizar o Deputado Alceu Swarowski pelo brilhante pronunciamento que Vossa Excelência fez na tribuna nesta Casa.

Quero parabenizar o Deputado Corazza, ao meu lado, pela sua constante luta em prol dos municípios do meu Estado, porque na realidade, analisando friamente a proposta do Governo Federal neste projeto de reforma tributária - que deverá chegar ao plenário maior do cenário político brasileiro, que é o Congresso Federal - esse projeto, segundo uma análise que está nas mãos do Governador do Estado, analisei, pensei, estudei, telefonei - inclusive telefonei para o Secretário da Fazenda da minha cidade, Secretário da Fazenda do meu querido Prefeito Belinati, e conversávamos a respeito desta reforma tributária.

E concordo com as análises que recebi do Governo do Paraná.

Se esse Projeto do Deputado Alceu for aprovado em Brasília, sob o ponto de vista financeiro, o nosso Estado irá perder duzentos e dezesseis milhões de dólares por ano, o equivalente a 13% da receita disponível do Governo do Estado do Pa-

Paraná.

Vejam bem, Deputado Alceu, Deputado Corazza, tudo somado, significa que o nosso Governo do Estado do Paraná terá uma receita 24,9% menor que a atual, se isto for aprovado no Congresso Federal em Brasília.

Por isso parabeno Vossa Excelência por ter tomado esta atitude e o mesmo farei no meu Gabinete: enviar a todos os Deputados - não só do Paraná, mas em termos de Brasil - para que repensem a reforma tributária.

Vejam bem, Deputado Alceu, Deputado Corazza, se perde o Paraná, vai perder Curitiba, vai perder o futuro Prefeito que se eleger, seja ele o Deputado Rosinha; seja o Deputado Rafael Greca; seja o Deputado Luciano Pizzato; seja o Deputado Tony Garcia ou qualquer candidato que tomar posse na Prefeitura. Perde Assaí do Deputado Severino; perde Ivaiporã do Deputado Paulo Maia e do Deputado Orlando Pessuti; perde Londrina da Deputada Emilia, Deputada Lygia; se essa reforma for aprovada, perde Guarapuava, perde Maringá, perde Arapongas, Deputado, perde Guarapuava, perde o Brasil; a totalidade dos municípios brasileiros; perde Rolândia, perde Astorga; perde Irati do meu Deputado Toti Colaço.

Então, é por isso que deveríamos enviar uma série de fax, telegramas, a todos os Deputados brasileiros que estão naquele Parlamento, para que analisem, reflitam a reforma tributária que foi enviada pelo Palácio do Governo ao Congresso Nacional.

Parabeno Vossa Excelência, Deputado Alceu, e o Deputado Corazza pelo constante entusiasmo, dedicação e luta pelos municípios do Estado do Paraná.

E deixo nesta tarde, o meu voto de repúdio registrado nesta Casa, pela queda do Doutor Osny Ribas, Presidente da LBA no Estado do Paraná, porque não quis se submeter às pressões e favorecimentos políticos no Estado do Paraná.

É um problema meu e quero deixar registrado nesta Casa, porque durante esses anos que elaborei mais de dois mil pedidos no meu gabinete para a LBA - estão todos protocolados à disposição de quem quiser dentro do meu gabinete, todos os pedidos na sua totalidade que encaminhei ao Doutor Osny Ribas, com educação, com respeito, com serenidade.

A população, não só de Curitiba, de Londrina e dos demais municípios do Paraná, foram devidamente atendidas pelo Doutor Osny Ribas, Presidente da Legião Brasileira de Assistência do Estado do Paraná, com sede em Curitiba.

Deixo o meu voto de repúdio por ele ter caído; caiu de pé, de cabeça erguida, por não querer submeter-se a pressões po-

líticas, a favorecimentos políticos no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº SPB 1354/92, subscrito pelo Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 12 do corrente mês, em função de compromissos em sua Região. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 10/92, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação, acima aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução 010/92, de autoria do Deputado Anibal Khury, nega autorização para realização de plebiscito de que trata o projeto de Decreto Legislativo nº 141/91, em tramitação na Câmara Federal. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo a consulta formulada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e no exercício de suas prerrogativas constitucionais.

D E C I D E:

Art. 1º - Conhecer da consulta, para declarar desde logo inviável a realização de plebiscito em território paranaense, previsto pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 141/91 em tramitação na Câmara Federal por não terem sido regulamentados os dispositivos constitucionais pertinentes.

Art. 2º - Desta Resolução dê-se ciência aos Excelentíssimos Senhores Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em

vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.08.92

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

1. O Governador do Estado, no uso de suas prerrogativas, solicita pronunciamento desta Assembléia Legislativa nos termos do disposto no art. 48, inciso VI, da Constituição Federal, sobre a autorização para realização de plebiscito em Municípios dos Estados do Paraná e Santa Catarina, visando a possível criação do Estado do Iguçu. A matéria encontra-se em trâmite na Câmara dos Deputados, formalizada que foi pelo Projeto de Decreto Legislativo nº 141/91.

A consulta formulada pelo Governador do Estado diz respeito à autonomia federativa dos Estados, que ao comporem a União Federal, reservaram direito residual sobre um conjunto de assuntos, entre os quais se encontra indubitavelmente o direito à própria existência e, por consequência, à integridade do seu respectivo território.

2. O artigo 48, inciso VI, da Constituição Federal, que regula a competência do Congresso Nacional para dispor sobre a incorporação, subdivisão e desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, deixa patente que tal processo não pode prosperar sem a oitiva das Assembléias Legislativas interessadas.

"Não é necessário invocar argumentos mais decisivos sobre a necessidade de se ouvir no primeiro plano o Estado-Membro e nunca a União, a fim de que se consubstancie e se concretize na prática a plena autonomia dos Estados, vedando-se qualquer tentativa de enfraquecimento de sua posição política." (Pinto Ferreira, "Comentários à Constituição Brasileira", Ed. Saraiva, Pág. 443).

A forma e a época em que as Assembléias Legislativas devem se pronunciar, ainda não foi estabelecida por lei e, sem que se estabeleça o rito legislativo próprio, não há como se levar adiante proposição de tal importância e natureza.

3. Aduz ainda, considerar que o fato de o plebiscito estar sendo convocado apenas entre a população diretamente interessada (Circunscrito às regiões Oeste/Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina), é mais uma razão robusta para fazê-lo anteceder de consulta às Assembléias Legislativas de ambos os Estados, conforme previsto na Lei Magna, porque representativas da totalidade das populações interessadas. Vale a regra lógica de que o todo deve ter precedência sobre as partes concorrentes. Ditq de outra forma, a parte não pode se sobrepor ao todo; no sentido

de não se poder obrigar um Estado a ceder território, mediante a só manifestação de parcela de sua população, ouvida em parte de seu território - mormente quando tais partes são minoritárias em relação ao conjunto estadual.

Tanto que a Constituição Federal, no artigo 18 reconhece cabalmente a autonomia dos entes políticos componentes da Federação ao citar:

"A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos nos termos desta Constituição..."

Essa autonomia decorre de nosso pacto federativo, que confere uma personalidade jurídico-política própria a cada entidade política constitutiva da Federação. Assim não fôra e não teriam os estados federados o direito a personalidade jurídica e política nem poderiam ser considerados "Estados Federados", mas simples regiões administrativas componentes de estados nacionais unitários.

4. Tanto que o mesmo artigo 18 da Constituição Federal, em seu parágrafo 3º, reza que:

"Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se, para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais";

Mediante um rito constitucional especial que envolve, obrigatoriamente, a audiência das respectivas Assembléias Legislativas (Art. 48, Inc. VI).

A União Federal não pode, por qualquer de seus Poderes, obrigar um Estado membro a ceder território sem sua anuência prévia e manifesta, porque tal procedimento representaria a anulação da sua autonomia federativa, violando de consequência o pacto constitutivo da Federação.

5. Este entendimento encontra respaldo no Direito Comparado e na boa doutrina política, mormente entre os autores que primeiro trataram das diferenças entre as antigas Confederações e a nova Federação, pioneiramente proposta pela Convenção Constitucional de 1787 que resultou nos Estados Unidos da América.

O art. VI, secção III da Constituição Americana, autoriza:

"Admitir novos Estados da União, reservando que nenhum será constituído às custas ou dentro da jurisdição de outro Estado, nem resultante da junção de dois ou mais Estados ou parte deles, sem a aprovação dos Legislativos dos Estados envolvidos, assim como o Congresso".

Comentando esta cláusula, em "O Federalista" MADSON, um dos autores da Consti-

tuição dos Estados Unidos, diz que:

"A precaução geral quanto à formação de novos Estados sem a concorrência da autoridade federal e dos Estados envolvidos está conforme os princípios que devem governar tais transações.

A precaução específica, quando essa criação envolve partilhas de um Estado sem seu consentimento, é acalmar as desconfianças dos Estados maiores; a dos menores é acalmada por precaução semelhante, impedindo a junção de Estados sem que eles concordem".

Da mesma forma a moderna Lei Fundamental da Alemanha (1949), ao tratar da "Reestruturação do Território Federal", art. 29, estabelece cláusulas acauteladoras do direito dos Estados de não cederem território sem seu prévio consentimento. Tanto que a lei de subdivisão ou alteração deve preceder a convocação de plebiscito, nos termos da lei do inciso II do art. 29:

"As medidas que levem a sua redivisão do território federal são tomadas por lei federal, a ser referendada por plebiscito. Devem ser ouvidos os Estados atingidos.

Em incisos posteriores a Lei Fundamental alemã refere que o plebiscito deve ser aplicado a todo o território do Estado atingido, podendo ser rejeitada a subdivisão "por uma maioria de dois terços". (Inciso III, art. 29) e ainda por cautela os alemães dispõem que:

"os pormenores serão regulados por uma lei federal sobre plebiscito, petição popular e consulta popular" (Art. 29, inciso VI).

6. Entre nós a Constituição Federal, art. 18, parágrafo 3º, prevê o plebiscito para que as populações interessadas se manifestem quanto à organização territorial.

O plebiscito é regulado no capítulo dos Direitos Políticos, art. 14, inciso I.

Mas tal procedimento, típico de democracia direta, não está ainda regulamentado por Lei Complementar Federal, o que impede seja utilizado no caso em tela. A exigência de lei regulatória está expressamente prevista no "caput" do art. 14:

"A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal, e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I. plebiscito..."

7. Evidenciando a superior cautela do legislador constitucional quanto à estruturação territorial, a Constituição Federal foi ainda bastante clara, no art. 12, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ao estabelecer que o estudo da criação de novas unidades territoriais deveria ser efetuado por Comissão de Estudos Territoriais, com membros indicados pelo

Legislativo e Executivo Federal e que teria o prazo de 1 ano para submeter ao Congresso os seus resultados.

O dispositivo citado mostra, claramente a intenção do legislador constituinte em cercar a criação de novos Estados de toda cautela necessária, devendo a eventual proposição ser precedida de estudos aprofundados sobre a realidade econômica e social da área objeto. Qualquer proposta de criação de novo Estado que deixar de ser apreciado desta forma, ficará, evidentemente prejudicada.

Como o Projeto de Decreto Legislativo nº 141/91, consoante os registros obtidos junto à Câmara dos Deputados, não tramitou pela sobredita Comissão de Estudos Territoriais, nem recebeu parecer desse órgão constitucional especial, está liminarmente viciado o procedimento, fazendo-se mister seu bloqueio sob pena de lesão de direito, como já decidiu em outras circunstâncias, o Supremo Tribunal Federal.

8. Vale concluir que, segundo as faculdades político-constitucionais outorgadas à União pelo art. 25 da Constituição, nenhuma delas atribui à dita União competência para dividir territórios de estados, o proceder a uma redivisão territorial que ignore a vontade expressa de tais entes políticos, manifestada através dos órgãos próprios de sua representação institucional, a saber: A Assembléia Legislativa.

Portanto, permitir que prossiga a tramitação de projeto nesse sentido, equivale a um ato de violência contra a existência e autonomia dos Estados do Paraná e Santa Catarina que, por se situar fora e além do pacto federativo, enseja todos os recursos de defesa - o primeiro dos quais é esta moção escrita de inconformidade, a ser proclamada "erga omnes".

Finalmente, incorporando, na sua substância, os termos do projeto de resolução e justificativa endossadas pelo eminente Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, proclamamos com firmeza que a Assembléia e os paranaenses de hoje - para ficarmos à altura da grandeza de antepassados como os desbravadores de Guarapuava, dos campos de Palmas, do balizamento do sertão com Diogo Pinto, Rocha Loures, Francisco Beltrão e estadistas como Ubaldo do Amaral, Bento Munhoz da Rocha Neto e Acioly Filho - devemos acolher a consulta do Senhor Governador e rejeitar, de modo peremptório, quaisquer tentativas de mutilação do território do Paraná, por lhe faltarem fundamentos históricos, políticos e sociais.

Sala das Sessões, em 11.08.92.

(a) ERONDY SILVÉRIO

Presidente e Relator

Passa-se à votação do Substitutivo Geral,

de autoria da Comissão de Constituição e Justiça.

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados. Os que apóiam o Substitutivo Geral dirão SIM e os que não apóiam dirão NÃO.

SIM - a favor do projeto e do substitutivo geral e NÃO é contra o substitutivo geral.

Passa-se à chamada nominal para a votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Tavares) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Justificativas de votos:

Albino Corazza - Senhor Presidente, respeitando a iniciativa da Presidência desta Casa, respeitando a posição da maioria dos companheiros da nossa Bancada, inclusive a posição tomada pelo Senhor Governador do Estado em defesa da não divisão do Paraná, quero registrar o meu voto por convicção municipalista e emancipacionista, mas trazendo aqui a vontade da grande maioria dos meus eleitores que me trouxeram a esta Casa.

Sou a favor do Estado do Iguaçu, então o meu voto é não.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, o Partido dos Trabalhadores é contra a divisão do Estado do Paraná, mas nós não somos contra que a população decida o que deseja, portanto, somos favoráveis ao plebiscito.

Se este aprovado, nós faremos campanha para que vote NÃO para que o Estado do Paraná continue íntegro.

Mas a população tem direito de decidir, por isso, nós votamos NÃO neste momento.

O SR. ÉLIO RUSCH - Sr. Presidente e Srs. Deputados, pelo fato de nós sermos um dos Deputados da região a ser emancipada, que pretende a criação do Estado do Iguaçu, nós, consultando as nossas bases e a maioria do nosso Estado, votamos NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (José Tavares) - (Continua procedendo à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 34 Srs. Deputados. 29 aprovando o substitutivo geral da Comissão de Justiça e 5 contrários, **está aprovado o projeto.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando a realização de uma Sessão Extraordinária, para discussão e votação do Projeto de Resolução nº 10/92, que trata da criação do Estado do Iguaçu. - **Aprova-**

do.

A sessão será realizada após a sessão ordinária.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme anexo distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 205/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que autoriza o Poder Executivo a transferir o "Hospital Carolina Lupion" ao município de Jaguariaíva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. APRECIAR NESTE TURNO O SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/92, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 054/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 23.052.000,00 (vinte e três milhões e cinquenta e dois mil cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a Mesa, requerimento nº 1241, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1250, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1247, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1242, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constante do Expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1244, 1245 e 1246, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1252, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Lygia Pupatto e Doutor Rosinha, constante do expediente. - **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1234, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1237, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, nós tivemos a oportu-

nidade de ler esse requerimento do Deputado Florisvaldo Fier e o mesmo pretende que a Assembléia Legislativa manifeste-se através de um voto de repúdio junto a Secretaria de Segurança do Estado, com referência ao episódio em que na caçada ao tigre, do circo que não sei o nome agora, ocorreu em que o mesmo foi assassinado. Eu não sei se cabe a Assembléia Legislativa, através do Plenário, estabelecer um voto de repúdio à Polícia Militar em função deste episódio. Quero crer que o correto seria que este requerimento fosse transformado numa manifestação pessoal do Deputado Dr. Rosinha ou daqueles que entendessem e subscreveram o mesmo requerimento, porque eu acho que é um episódio realmente lamentável mas que não mereceria, pelo menos de nossa parte, um repúdio veemente do Poder Legislativo em cima deste assunto.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, o tigre que foi morto é de uma espécie em extinção e no nosso país a caça ao animal é um crime, inclusive que não se paga a fiança. No mesmo dia um caçador no Estado do Paraná foi baleado pela Polícia Militar porque estava caçando. E naquele mesmo instante a própria Polícia Militar matava um animal cuja espécie está em extinção e é comum ouvir-se falar de que o animal poderia ser aprisionado sem ser morto, sem ser assassinado.

Isto daí, o nosso requerimento, vem no sentido de que, de provar que a Polícia Militar ela tem que ser especializada, não só à caça a animais, mas também quando ela desenvolve qualquer tipo de caça humana como ela tem feito, e às vezes ela tem corrigido, tem ocorrido erros nessa caça. Então, visa, única e exclusivamente, defender os animais que estão em extinção, defender que a Polícia Militar se aprimore mais quando solicitada. Por isso que nós defendemos e pedimos aos Senhores Deputados, votem favoráveis a este requerimento, porque é importante, não só pela preservação dos animais, mas é importante cobrar da Polícia Militar uma melhor especialização.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento está em votação com a emenda do Deputado José Tavares. Muda o vocábulo "repudiando" para "lamentando". Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento com a emenda do Deputado José Tavares con-

servem-se como estão. APROVADO.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, só para constar nos Anais, que eu não lamento, mas eu Dr. Rosinha, repudio tal atp.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está anotado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela ordem) - Senhor Presidente, é a primeira vez na história da Assembléia Legislativa que ocorre emenda em cima de requerimento ou já ocorreu eu outros, e que não seja emenda do autor?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - É que V.Exa. é novato aqui. Emendas aos milhares em requerimento.

O SR. DR. ROSINHA - Mas é a primeira em um ano e meio que eu vejo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Mas, Deputado, eu acho que lamentar é melhor do que repudiar. É mais suave.

O SR. DR. ROSINHA - Mas é a primeira vez que eu vejo que não o autor, emendando o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ah!. Pode.

O SR. DR. ROSINHA - Vou apresentar substitutivos a requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu aceito.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 010/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar nº 150/92 do de Lei nº 164/92 e do de Resolução nº 012/92.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/91.

Levanta-se a sessão.